



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMININSTRAÇÃO.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 21 DE MAIO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.

LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 20 DE MAIO DE 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 35.070,00 (trinta e cinco mil e setenta reais).

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

Processo nº: 0033430

Credenciamento Eletrônico nº 010/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMININSTRAÇÃO.

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. OBRIGAÇÕES**
- 13. FORMA DE PAGAMENTO**
- 14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 17. DOS RECURSOS**
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 19. REAJUSTAMENTO:**
- 20. INFRAÇÕES**
- 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22. DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PROCESSO Nº: 0033430 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 21/05/2026;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 20/05/2027;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.frenteira.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : licita2@frenteira.mg.gov.br
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: www.frenteira.mg.gov.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIOS MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU Pousadas, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.2. O presente credenciamento tem como objetivo o atendimento das demandas de diversas Secretarias desta Administração.

3.3. O quantitativo estimado será distribuído entre as Credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência, a critério do beneficiário do fornecimento, nos termos do Inciso I, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços de hospedagem ou somente para formalizar relação para futura de fornecimento, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços de hospedagem sem autorização expressa da Secretária interessada, não receberá pelo fornecimento.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços de hospedagem, que compõem o objeto do termo de credenciamento.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO: Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas, do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, **ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E AS CIRCUNVIZINHA NO RAIO DE ATÉ 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO**, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

4.1. **Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 20 DE MAIO DE 2026,** cadastrem o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO (anexo III)** e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao **SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – www.licitanet.com.br.

4.2. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: comercial@licitanet.com.br.

4.4. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.4.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.4, a empresa interessada poderá, se for de seu interesse, complementar a documentação de habilitação junto a Plataforma LICITANET.



4.5. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO: É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo credenciante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade das Empresas Credenciadas.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5.16. Empresas com sede no raio superior à 10 (dez) quilômetros da sede deste Município, de acordo com o item 5.2 do Termo de Referência.

5.16.1. As empresas não estabelecidas na cidade de Fronteira/MG; e que não atendam o subitem anterior, poderão firmar declaração própria, sobre a instalação de uma sede/filial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da Adesão ao Credenciamento.

6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - (Anexo III)** e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação de serviços de hospedagem.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento para credenciamento – Anexo III com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de prestar os serviços nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – ANEXO III**.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/207;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo II;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Licença, alvará sanitário, documento equivalente emitido pela Fiscalização Sanitária Estadual, Distrital ou Municipal ou comprovação da isenção da obrigatoriedade.



7.6. DEMAIS DECLARAÇÕES

7.6.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

7.6.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo IV.

7.6.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo V.

7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.7.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expreso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.7.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. JULGAMENTO

8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela prestação de serviços de hospedagem, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 20 de maio de 2027, independente do seu início.

10. ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. As diárias serão distribuídas entre as Empresas Credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma delas para definição da ordem inicial de convocação.

10.2. A distribuição das diárias e pernoites será organizada por meio de um cronograma elaborado pelo fiscal do Termo de Credenciamento. Cada estabelecimento credenciado será designado para atender à demanda conforme a disponibilidade e a ordem de credenciamento. À medida que novos estabelecimentos forem credenciados, serão inseridos na sequência do cronograma, conforme Art. 79, Inciso I da Lei 14.133/2021.



10.3. Em caso de emergências, poderá haver ajustes na distribuição das diárias e pernoites para assegurar resposta rápida e adequada, mediante justificativa.

10.4. Será realizado monitoramento contínuo para garantir que a distribuição dos serviços esteja funcionando de maneira eficiente.

10.5. Serão realizadas revisões periódicas na forma de distribuição das diárias e pernoites e ajustes conforme necessário para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

11. EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. A hospedagem deve ser prestada em conformidade com os procedimentos técnicos, operacionais e higiênicos exigidos para serviços de hotelaria e pousada, garantindo conforto, segurança e bem-estar aos usuários.

11.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem deverá ocorrer nos horários pré-estabelecidos para check-in e checkout, podendo eventualmente haver alterações mediante comunicação prévia por parte da CONTRATANTE.

11.2. DISTRIBUIÇÃO DAS DIÁRIAS E PERNOITES ENTRE OS CREDENCIADOS:

11.2.1. As diárias serão distribuídas entre as Empresas Credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma delas para definição da ordem inicial de convocação;

11.2.2. A distribuição das diárias e pernoites será organizada por meio de um cronograma elaborado pelo fiscal do Termo de Credenciamento. Cada estabelecimento credenciado será designado para atender à demanda conforme a disponibilidade e a ordem de credenciamento. À medida que novos estabelecimentos forem credenciados, serão inseridos na sequência do cronograma, conforme Art. 79, Inciso I da Lei 14.133/2021;

11.2.3. Em caso de emergências, poderá haver ajustes na distribuição das diárias e pernoites para assegurar resposta rápida e adequada, mediante justificativa;

11.2.4. Será realizado monitoramento contínuo para garantir que a distribuição dos serviços esteja funcionando de maneira eficiente;

11.2.5. Serão realizadas revisões periódicas na forma de distribuição das diárias e pernoites e ajustes conforme necessário para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

11.3. GARANTIA:

11.3.1. A garantia condiz com a respectiva Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

11.3.2. A CREDENCIADA compromete-se a garantir integralmente a qualidade dos serviços prestados bem como dos gêneros alimentícios fornecidos no café da manhã. Em caso de constatação de qualquer irregularidade, especialmente no que diz respeito a alimentos deteriorados, constando-se deverá proceder à imediata substituição, sem ônus para a Credenciante.

12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

12.1. Promover a formalização da Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente.

12.2. Encaminhar cópia do Termo de Credenciamento, quando celebrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato.



12.3. Gerenciar o Termo de Credenciamento, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para fornecimento, constantes no Termo de Credenciamento, as quantidades e os valores a serem praticados.

12.4. Definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e de entidades integrantes de outras esferas governamentais.

12.5. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

12.6. Acompanhar os preços de mercado e registrados no Termo de Credenciamento, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados, devidamente justificados.

12.7. Publicar no site oficial do município as alterações de preços.

12.8. Efetuar, na data do vencimento, o pagamento da fatura referente aos serviços de hospedagem e hotelaria prestados, incluindo pernoites, utilização de acomodações, taxas administrativas, bem como demais serviços adicionais regularmente contratados.

12.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos produtos, após o recebimento definitivo dos mesmos;

12.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do Termo de Credenciamento em que figure como parte.

12.10. Realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações.

12.11. Fiscalizar a plena consecução do Termo de Credenciamento, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência (TR), durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.12. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Termo de Credenciamento ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento da modalidade em tela.

13. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS:

13.1. A (s) empresas declaradas (s) vencedora (s) deverá assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

13.2. O prazo para a assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Credenciante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

13.3. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem “13.1.” sem justificativa por escrito e aceita pelo CREDENCIANTE, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

13.4. Dar ciência, **imediatamente e por escrito**, do recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outros instrumentos hábeis encaminhados por e-mail ou outro meio eficaz, enviados pelo CREDENCIANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.5. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.6. Atender a todos os quesitos no que tange ao de fornecimento adequado das instalações, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

13.7. Praticar, sempre, os preços vigentes registrados no Termo de Credenciamento.

13.8. Na necessidade de agendamentos prévios, será designado o prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR).

13.9. Garantir a higidez e a qualidade das instalações, respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

13.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução, nos termos do edital e da legislação aplicável.

13.11. Manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura do Termo de Credenciamento, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CREDENCIANTE, quando solicitadas.

13.12. Comunicar ao Credenciante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

13.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Credenciante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

13.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias, fiscais, comerciais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à prestação dos serviços e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao gerenciador e não poderá onerar o objeto da Termo de Credenciamento.

13.15. Arcar com todas as despesas pertinentes aos serviços constantes no Termo de Credenciamento, tais como tributos e demais encargos.

13.16. Responder, integralmente, por todos e quaisquer vícios e danos e/ou prejuízos decorrentes da execução do objeto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, causados ao CREDENCIANTE, à Entidade competente ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, decorrentes da execução do Termo de Credenciamento, não reduzindo ou excluindo de responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CREDENCIANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.17. Comunicar ao CREDENCIANTE a indisponibilidade dos serviços de hospedagem e/ou hotelaria informados no Termo de Credenciamento, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência de qualquer fato que possa comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo CREDENCIADO, caso futuramente demandado.



13.18. Submeter-se às normas e determinações do Credenciante no que se referem à execução da Termo de Credenciamento.

13.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Termo de Credenciamento ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.20. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

13.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Credenciamento.

13.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da aquisição, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

14. FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do Credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de Fornecimento, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados.

14.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do Credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de diárias, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados;

14.1.2. Ao final de cada mês, o credenciado deverá encaminhar todas as autorizações de diárias de hospedagem recebidas no respectivo período, acompanhadas da nota fiscal correspondente, para conferência do Credenciante.

14.2. O pagamento referente à prestação dos serviços de hotelaria/hospedagem será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da efetiva prestação do serviço e da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente instruída com a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento congênere hábil que comprove a contratação.

14.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do Credenciante, razão social "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG", CNPJ "18.449.140/0001-07", sem rasuras no preenchimento.

14.4. A nota fiscal/fatura deverá restringir-se exclusivamente aos serviços contratados no âmbito deste certame, devendo constar, de forma discriminada, a tipologia e a quantidade dos serviços de hospedagem e hotelaria efetivamente prestados, bem como os respectivos valores unitários e o valor total pleiteado.

14.5. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências;

14.6. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem "14.5." começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



14.7. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

14.8. O Credenciante não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

15.1. Ficará a cargo da senhora PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA – Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a gestão do Credenciamento.

15.2. Ficará a cargo do senhor NELSON RICARDO ARAUJO – Coordenador de Finanças a fiscalização do Termo de Credenciamento.

15.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.143/21, art. 114, *caput*).

15.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.143/21, art. 117, *caput*), que:

15.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 1.º).

15.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 2.º).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO.

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0011 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Projeto/Atividade: 2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADM. PLANEJ E FINANÇAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Subelemento: 3.3.90.39.63.00 – HOSPEDAGENS

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

17.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Saúde, no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados.

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: www.frenteira.mg.gov.br.

18. DOS RECURSOS:

18.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

18.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico licita2@frenteira.mg.gov.br.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

20. REAJUSTAMENTO:

20.1. Havendo renovação do contrato administrativo, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

21. INFRAÇÕES - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

21.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

21.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

21.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

21.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

21.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

21.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

21.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



22.1. Advertência;

22.2. Multa;

22.3. Impedimento de licitar e contratar e;

22.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

22.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

22.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

22.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

22.6.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1 à 21.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

22.6.2. Para as infrações previstas nos itens 21.7 a 21.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

22.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

22.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1 à 21.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 21.7 à 21.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1 à 21.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.



22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

22.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

23.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

23.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

23.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

23.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

23.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

23.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio da Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

23.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

23.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II - Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III - Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO IV - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD

ANEXO V - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

ANEXO VI - Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 19 de maio de 2026.

PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



TERMO DE REFERÊNCIA

(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº: 010/2026

TIPO: PARALELA E NÃO EXCLUDENTE (Inciso I do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021)

DADOS DO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA.

LOCALIZAÇÃO: Av. Minas Gerais, nº. 110 – CENTRO – FRONTEIRA – MG - FONE: (34) 3199-9990

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO: REFERE-SE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO.

1.1. DA NATUREZA DO OBJETO:

1.1.1. A contratação de SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E HOTELARIA objeto deste credenciamento é caracterizado como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com base em especificações usuais de mercado.;

1.1.2. A contratação de SERVIÇOS DE HOTELARIA E HOSPEDAGEM será realizada de forma parcelada, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se a conveniência, a economicidade e as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. DO PRAZO:

1.2.1. O prazo do credenciamento será de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a vigência dos contratos administrativos.

1.3. DAS QUANTIDADES:

ITE M	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	APARTAMENTO DE CASAL COM AR CONDICIONADO , Contendo No Mínimo Uma Cama De Casal, Banheiro Privativo, Ar Condicionado, Televisor, Frigobar E Wi-Fi, Incluso Café Da Manhã.	DR	30
2	APARTAMENTO DUPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo duas camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50
3	APARTAMENTO INDIVIDUAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de solteiro ou casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50
4	APARTAMENTO TRIPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo três camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O objeto da presente contratação refere-se ao **credenciamento** de pessoas jurídicas atuantes no ramo de hotelaria, devidamente estabelecidas na cidade de Fronteira – MG e em municípios circunvizinhos situados em um raio máximo de 10 (dez) quilômetros da sede deste



município, visando à prestação de serviços de hospedagem em hotéis ou pousadas. Tal contratação destina-se a atender às demandas de diversas secretarias da administração municipal, pelo período estimado de 12 (doze) meses, sendo esta medida considerada necessária e estratégica, conforme justificativas que seguem.

2.2. No âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a contratação de serviços de hospedagem justifica-se pela necessidade de atendimento emergencial a usuários da Política de Assistência Social, notadamente em situações de vulnerabilidade temporária, pessoas em situação de rua, migrantes, vítimas de violência, calamidades públicas, entre outros casos que demandem abrigo imediato e seguro. A medida também contempla a hospedagem de profissionais que atuem em regime de voluntariado ou prestação temporária de serviços vinculados à assistência social.

2.3. Adicionalmente, embora de forma esporádica, verifica-se a necessidade de recepcionar autoridades e suas respectivas comitivas que visitam a sede do município para tratar de assuntos de interesse público. Em tais ocasiões, é essencial garantir condições adequadas de hospedagem.

2.4. Durante a realização de eventos institucionais, como shows, feiras, festividades e similares, é recorrente a necessidade de acomodação de artistas, músicos, técnicos e demais profissionais envolvidos na produção e realização dessas atividades, o que reforça a importância de uma estrutura formalizada para a prestação desse serviço.

2.5. Diante da imprevisibilidade e da diversidade de situações que podem demandar a contratação de serviços de hospedagem, opta-se pelo procedimento de **CREDENCIAMENTO**, por se tratar da forma mais eficaz e flexível de contratação. Isso porque a vinculação contratual com uma única empresa poderia ser insuficiente para atender a toda a demanda, especialmente em períodos de maior necessidade. O credenciamento possibilita à administração pública dispor de um leque de prestadores habilitados, podendo escolher aquele que apresentar disponibilidade no momento da necessidade, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

2.6. Ressalta-se que a contratação por meio de credenciamento contribui para o planejamento e a otimização dos recursos públicos, proporcionando à administração municipal maior previsibilidade e agilidade no atendimento às demandas pontuais e contínuas ao longo do exercício, sobretudo nas áreas de assistência social, cultura, turismo, esporte, e segurança pública.

2.7. Vale destacar que a Prefeitura de Fronteira realiza periodicamente eventos, campanhas comunitárias, ações de saúde, atividades culturais e esportivas, entre outras iniciativas de interesse coletivo. Tais ações, por sua natureza, demandam suporte logístico abrangente, inclusive com a disponibilização de acomodações para os profissionais envolvidos. A oferta de hospedagem adequada contribui para garantir a dignidade e a eficiência no desempenho das atividades por parte dos servidores públicos e colaboradores.

2.8. Em complemento, a presença temporária de agentes de segurança provenientes de outras regiões, especialmente em operações especiais ou grandes eventos, requer estrutura mínima de acolhimento. Nesses casos, além da hospedagem, deve-se garantir também as condições básicas de permanência desses profissionais, visando à manutenção da ordem pública e à segurança da população.

2.9. Dessa forma, a contratação de serviços de hospedagem revela-se medida necessária, contínua e estratégica, assegurando o funcionamento adequado das políticas públicas desenvolvidas pelo município, a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos atendidos pelos serviços públicos e o pleno exercício das atribuições dos servidores e profissionais envolvidos nas atividades institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. Após análise de mercado, verificou-se que:

- há múltiplos prestadores disponíveis;
- a demanda é variável e imprevisível;
- não é viável a contratação de apenas um fornecedor.

3.1.1. A solução mais adequada para atender à necessidade da Administração é a realização de credenciamento de pessoas jurídicas que atuem no ramo de Hotelaria e Hospedagem/Pousadas,



devidamente estabelecidas na sede do Município de Fronteira/MG, ou em um raio de (Dez) 10KM visando acomodações de qualidade e higiene. Estes deverão ser destinados a ações da Assistência Social, eventos turísticos, atividades culturais, competições esportivas, além de demandas da Polícia Militar, Polícia Civil, entre outros.

3.2. O credenciamento é o instrumento mais eficaz para atender a essa demanda, pois permite à Administração Pública dispor de uma rede de meios de hospedagem previamente habilitados, garantindo diversidade, qualidade, agilidade e descentralização na prestação dos serviços de hotelaria.

3.3. As empresas credenciadas deverão assegurar a continuidade e a qualidade do fornecimento, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente, bem como a responsabilização por eventuais prejuízos causados ao município ou a terceiros em razão de falhas ou omissões.

3.4. O processo de credenciamento estabelecerá critérios técnicos mínimos de qualidade, higiene, com o objetivo de garantir o padrão exigido pela Administração e a conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

3.5. A definição prévia de valores unitários para os itens que assegure transparência, previsibilidade orçamentária e isonomia entre os participantes, facilitando o controle e o acompanhamento da execução contratual.

3.6. Para os estabelecimentos participantes, o credenciamento representa uma oportunidade de expansão comercial, além de contribuir para a valorização institucional dos hotéis e pousadas, uma vez que o atendimento aos critérios da Administração evidencia conformidade com padrões técnicos e legais.

3.7. A adesão ao credenciamento também pode fomentar novas parcerias e a ampliação da clientela, o que estimula o desenvolvimento do setor de turismo local e contribui para a movimentação econômica no município.

3.8. A medida é considerada estratégica e indispensável para o adequado funcionamento da gestão pública municipal, sobretudo frente às demandas contínuas e variáveis dos setores como Serviços Urbanos, Obras, Turismo, Cultura, Esportes, entre outros, os quais requerem suporte logístico e regular do público em tela, agentes e colaboradores.

3.9. Considerando o término da vigência do contrato anterior, bem como os estudos técnicos realizados que demonstraram a eficiência e economicidade do modelo de credenciamento, opta-se por este procedimento como a forma mais vantajosa à Administração, em conformidade com o disposto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DO CREDENCIAMENTO:

4.1. DOS REQUISITOS GERAIS:

4.1.1. Poderão participar deste processo de contratação todas as empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como atendam às exigências de habilitação previstas no Termo de Referência (TR) e Edital;

4.1.2. Os serviços objetos da presente contratação serão entregues conforme demanda exclusiva do CREDENCIANTE independentemente das quantidades solicitadas, observando-se os prazos, endereços e demais especificações apresentadas no Termo de Referência (TR);

4.1.3. Não será permitido à CREDENCIADO transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Credenciamento;

4.1.4. A vigência do presente credenciamento será determinada em 01 (um) ano, considerada da data de assinatura do termo de credenciamento, conforme o disposto no Art. 105 da Lei Federal 14.133/2021.

4.1.5. A empresa devesse possuir alvará sanitário, documento equivalente emitido pela Fiscalização Sanitária ou comprovação de isenção de sua obrigatoriedade.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO:

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo



CREDENCIANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade das Empresas Credenciadas.

4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens de consumo a serem fornecidos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os respectivos bens de consumo de forma independente.

5. EXECUÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

5.1. A hospedagem deve ser prestada em conformidade com os procedimentos técnicos, operacionais e higiênicos exigidos para serviços de hotelaria e pousada, garantindo conforto, segurança e bem-estar aos usuários.

5.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem deverá ocorrer nos horários pré-estabelecidos para check-in e checkout, podendo eventualmente haver alterações mediante comunicação prévia por parte da CONTRATANTE.

5.2. DISTRIBUIÇÃO DAS DIÁRIAS E PERNOITES ENTRE OS CREDENCIADOS:

5.2.1. As diárias serão distribuídas entre as Empresas Credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma delas para definição da ordem inicial de convocação.

5.2.2. A distribuição das diárias e pernoites será organizada por meio de um cronograma elaborado pelo fiscal do Termo de Credenciamento. Cada estabelecimento credenciado será designado para atender à demanda conforme a disponibilidade e a ordem de credenciamento. À medida que novos estabelecimentos forem credenciados, serão inseridos na sequência do cronograma, conforme Art. 79, Inciso I da Lei 14.133/2021.

5.2.3. Em caso de emergências, poderá haver ajustes na distribuição das diárias e pernoites para assegurar resposta rápida e adequada, mediante justificativa.

5.2.4. Será realizado monitoramento contínuo para garantir que a distribuição dos serviços esteja funcionando de maneira eficiente.

5.2.5. Serão realizadas revisões periódicas na forma de distribuição das diárias e pernoites e ajustes conforme necessário para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

5.3. GARANTIA:

5.3.1. A garantia condiz com a respectiva Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.3.2. A CREDENCIADA compromete-se a garantir integralmente a qualidade dos serviços prestados bem como dos gêneros alimentícios fornecidos no café da manhã. Em caso de constatação de qualquer irregularidade, especialmente no que diz respeito a alimentos deteriorados, constando-se deverá proceder à imediata substituição, sem ônus para a Credenciante.

5.4. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

5.4.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

5.4.2 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do CREDENCIANTE:

5.4.3. Promover a formalização da Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente;

5.4.4. Encaminhar cópia do Termo de Credenciamento, quando celebrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato;

5.4.5. Gerenciar o Termo de Credenciamento, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para fornecimento, constantes no Termo de Credenciamento, as quantidades e os valores a serem praticados;

5.4.6. Definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e de entidades integrantes de outras esferas governamentais;

5.4.7. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.4.8. Acompanhar os preços de mercado e registrados no Termo de Credenciamento, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados, devidamente justificados;

5.4.9. Publicar no site oficial do município as alterações de preços;

5.4.10. Efetuar, na data do vencimento, o pagamento da fatura referente aos serviços de hospedagem e hotelaria prestados, incluindo pernoites, utilização de acomodações, taxas administrativas, bem como demais serviços adicionais regularmente contratados.

5.4.10.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos produtos, após o recebimento definitivo dos mesmos;

5.4.10.2. Zelar pelo cumprimento das obrigações, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento da Termo de Credenciamento em que figure como parte;

5.4.10.3. Realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações;

5.4.10.4. Fiscalizar a plena consecução do Termo de Credenciamento, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência (TR), durante toda a execução da Termo de Credenciamento, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.4.10.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Termo de Credenciamento ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento da modalidade em tela;

5.5. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS:

5.5.1. A (s) empresas declaradas (s) vencedora (s) deverá assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação;

5.5.2. O prazo para a assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Credenciante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito;

5.5.3. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem "5.5.1.2." sem justificativa por escrito e aceita pelo CREDENCIANTE, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis;

5.4.4. Dar ciência, **imediatamente e por escrito**, do recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outros instrumentos hábeis encaminhados por e-mail ou outro meio eficaz, enviados pelo CREDENCIANTE;

5.5.5. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.5.6. Atender a todos os quesitos no que tange ao de fornecimento adequado das instalações, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

5.5.7. Praticar, sempre, os preços vigentes registrados no Termo de Credenciamento;

5.5.8. Na necessidade de agendamentos prévios, será designado o prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR);

5.5.9. Garantir a higidez e a qualidade das instalações, respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso;

5.5.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução, nos termos do edital e da legislação aplicável;

5.5.11. Manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura do Termo de Credenciamento, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CREDENCIANTE, quando solicitadas;



- 5.5.12. Comunicar ao Credenciante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;
- 5.5.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Credenciante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas;
- 5.5.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias, fiscais, comerciais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à prestação dos serviços e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao gerenciador e não poderá onerar o objeto da Termo de Credenciamento;
- 5.5.15. Arcar com todas as despesas pertinentes aos serviços constantes no Termo de Credenciamento, tais como tributos e demais encargos;
- 5.5.16. Responder, integralmente, por todos e quaisquer vícios e danos e/ou prejuízos decorrentes da execução do objeto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, causados ao CREDENCIANTE, à Entidade competente ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, decorrentes da execução do Termo de Credenciamento, não reduzindo ou excluindo de responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CREDENCIANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.5.17. Comunicar ao CREDENCIANTE a indisponibilidade dos serviços de hospedagem e/ou hotelaria informados no Termo de Credenciamento, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência de qualquer fato que possa comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo CREDENCIADO, caso futuramente demandado.
- 5.5.18. Submeter-se às normas e determinações do Credenciante no que se referem à execução da Termo de Credenciamento;
- 5.5.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Termo de Credenciamento ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.5.20. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 5.5.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Credenciamento;
- 5.5.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da aquisição, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

6. GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

- 6.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do presente Termo de Referência (TR), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.1. O CREDENCIANTE encaminhará a Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil via correio eletrônico (e-mail) ou outro meio eficaz, estando o CREDENCIADO obrigada a confirmar o recebimento no prazo máximo de 01 (um) dia útil;
- 6.1.1.1. A recusa em confirmar o recebimento da Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, no prazo estabelecido no subitem “6.1.1.” sem justificativa por escrito e aceita pelo Credenciante, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará ao CREDENCIADO às penalidades cabíveis, sendo facultado ao CREDENCIANTE convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável;



6.2. As comunicações entre o CREDENCIANTE e o CREDENCIADO deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.2.1. O CREDENCIADO deverá informar um endereço de correio eletrônico (e-mail) juntamente com o nome do responsável pelas comunicações entre as partes;

6.2.2. Será admitido o uso de contato telefônico e mensagens via WhatsApp®, sendo obrigatório ao CREDENCIADO informar os números e responsáveis por cada canal de comunicação auxiliares;

6.3. O CREDENCIANTE poderá convocar representante do CREDENCIADO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.4. Após a adjudicação, o CREDENCIANTE (TERMO DE CREDENCIAMENTO) poderá convocar o representante do (a) CREDENCIADO (TERMO DE CREDENCIAMENTO) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do credenciamento, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.5. Caso ocorra reclamações deverá notificado para o acompanhamento pelo fiscal do TERMO DE CREDENCIAMENTO, ou pelos respectivos substitutos, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº. 6.956 de 10 de maio de 2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de Fornecimento, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados.

7.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de diárias, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados.

7.1.2. Ao final de cada mês, o credenciado deverá encaminhar todas as autorizações de diárias de hospedagem recebidas no respectivo período, acompanhadas da nota fiscal correspondente, para conferência do credenciante.

7.2. O pagamento referente à prestação dos serviços de hotelaria/hospedagem será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da efetiva prestação do serviço e da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente instruída com a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento congêneres hábil que comprove a contratação.

7.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do credenciante, razão social "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG", CNPJ "18.449.140/0001-07", sem rasuras no preenchimento;

7.4. A nota fiscal/fatura deverá restringir-se exclusivamente aos serviços contratados no âmbito deste certame, devendo constar, de forma discriminada, a tipologia e a quantidade dos serviços de hospedagem e hotelaria efetivamente prestados, bem como os respectivos valores unitários e o valor total pleiteado.

7.5. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências;

7.6. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem "7.2." começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções;

7.7. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada;

7.8. O credenciante não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. DA PARTICIPAÇÃO, MODALIDADE, FORMA DE DISPUTA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

8.1.1. A modalidade adotada será contratação direta por inexigibilidade adotado o instrumento auxiliar de CREDENCIAMENTO, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei nº. 14.133/2021.

8.2. DAS HABILITAÇÕES

8.2.1. Qualificação Técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



8.2.1.1. Alvará sanitário, e/ou documento equivalente emitido pela Fiscalização Sanitária Estadual, Distrital ou Municipal ou comprovação da isenção da obrigatoriedade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

9.1. O valor global estimado desta contratação é de **R\$ 35.070,00 (trinta e cinco mil e setenta reais)**.

10. ITENS, DESCRITIVOS, QUANTIDADES e VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VLR. DIÁRIA.	VLR. TOTAL
1	APARTAMENTO DE CASAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	30	R\$ 202,90	R\$ 6.087,00
2	APARTAMENTO DUPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo duas camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 206,00	R\$ 10.300,00
3	APARTAMENTO INDIVIDUAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de solteiro ou casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 120,33	R\$ 6.016,50
4	APARTAMENTO TRIPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo três camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 253,33	R\$ 12.666,50

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

11.1 Ficarà a cargo do(a) senhor(a) PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA – Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a gestão e do senhor NELSON RICARDO ARAUJO – Coordenador de Finanças/Supervisor do Setor de Compras a fiscalização da Termo de Credenciamento.

12. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

A Lei Municipal nº 2.161, de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.**

Unidade Orçamentária: **SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

Função: **ADMINISTRAÇÃO.**

Subfunção: **ADMINISTRAÇÃO GERAL.**

Programa: **PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.**

Projeto/Atividade: **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.**

Elemento de Despesa: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Subelemento da Despesa: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA – Ficha: 206**

Valor Orçado Disponível: **R\$ 35.070,00 (trinta e cinco mil e setenta reais).**

Recurso: **1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS**, (*Portaria STN nº 710/2021 atualizada*)

Fronteira – MG, 19 de maio de 2026.

PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIOS MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ de _____ 20XX.

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO III
MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMININSTRAÇÃO.

(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), inscrito no CPF sob o nº requer seu credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VLR. DIÁRIA.	VLR. TOTAL
1	APARTAMENTO DE CASAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	30	R\$ 202,90	R\$ 6.087,00
2	APARTAMENTO DUPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo duas camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 206,00	R\$ 10.300,00
3	APARTAMENTO INDIVIDUAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de solteiro ou casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 120,33	R\$ 6.016,50
4	APARTAMENTO TRIPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo três camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	50	R\$ 253,33	R\$ 12.666,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 010/2026, executaremos os serviços de acordo com nas normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....
(data)

.....
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO IV

MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMININSTRAÇÃO.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO V

**MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.**

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIOS MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

1. CREDENCIANTE

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

2. CREDENCIADA

2.1. A EMPRESA _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDENCIADA.

3. OBJETO

3.1. **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMININISTRAÇÃO**, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 010/2026, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VLR. DIÁRIA.
1	APARTAMENTO DE CASAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	R\$ 202,90
2	APARTAMENTO DUPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo duas camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	R\$ 206,00
3	APARTAMENTO INDIVIDUAL COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo uma cama de solteiro ou casal, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	R\$ 120,33
4	APARTAMENTO TRIPLO COM AR CONDICIONADO , contendo no mínimo três camas de solteiro, banheiro privativo, ar condicionado, televisor, frigobar e wi-fi, incluso café da manhã.	DR	R\$ 253,33

4. VIGÊNCIA

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 010/2026, será a partir de ____ de _____ de 202__ até o dia 20 DE MAIO DE 2026.



5. CONDIÇÕES

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

6. DESCREDENCIAMENTO

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. A hospedagem deve ser prestada em conformidade com os procedimentos técnicos, operacionais e higiênicos exigidos para serviços de hotelaria e pousada, garantindo conforto, segurança e bem-estar aos usuários.

7.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem deverá ocorrer nos horários pré-estabelecidos para check-in e checkout, podendo eventualmente haver alterações mediante comunicação prévia por parte da CONTRATANTE.

7.2. DISTRIBUIÇÃO DAS DIÁRIAS E PERNOITES ENTRE OS CREDENCIADOS:



7.2.1. As diárias serão distribuídas entre as Empresas Credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma delas para definição da ordem inicial de convocação;

7.2.2. A distribuição das diárias e pernoites será organizada por meio de um cronograma elaborado pelo fiscal do Termo de Credenciamento. Cada estabelecimento credenciado será designado para atender à demanda conforme a disponibilidade e a ordem de credenciamento. À medida que novos estabelecimentos forem credenciados, serão inseridos na sequência do cronograma, conforme Art. 79, Inciso I da Lei 14.133/2021;

7.2.3. Em caso de emergências, poderá haver ajustes na distribuição das diárias e pernoites para assegurar resposta rápida e adequada, mediante justificativa;

7.2.4. Será realizado monitoramento contínuo para garantir que a distribuição dos serviços esteja funcionando de maneira eficiente;

7.2.5. Serão realizadas revisões periódicas na forma de distribuição das diárias e pernoites e ajustes conforme necessário para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço.

7.3. GARANTIA:

7.3.1. A garantia condiz com a respectiva Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

7.3.2. A CREDENCIADA compromete-se a garantir integralmente a qualidade dos serviços prestados bem como dos gêneros alimentícios fornecidos no café da manhã. Em caso de constatação de qualquer irregularidade, especialmente no que diz respeito a alimentos deteriorados, constando-se deverá proceder à imediata substituição, sem ônus para a Credenciante.

8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

8.1. Promover a formalização da Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente.

8.2. Encaminhar cópia do Termo de Credenciamento, quando celebrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato.

8.3. Gerenciar o Termo de Credenciamento, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para fornecimento, constantes no Termo de Credenciamento, as quantidades e os valores a serem praticados.

8.4. Definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e de entidades integrantes de outras esferas governamentais.

8.5. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

8.6. Acompanhar os preços de mercado e registrados no Termo de Credenciamento, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados, devidamente justificados.



8.7. Publicar no site oficial do município as alterações de preços.

8.8. Efetuar, na data do vencimento, o pagamento da fatura referente aos serviços de hospedagem e hotelaria prestados, incluindo pernoites, utilização de acomodações, taxas administrativas, bem como demais serviços adicionais regularmente contratados.

8.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos produtos, após o recebimento definitivo dos mesmos;

8.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento da Termo de Credenciamento em que figure como parte.

8.10. Realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações.

8.11. Fiscalizar a plena consecução do Termo de Credenciamento, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência (TR), durante toda a execução da Termo de Credenciamento, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Termo de Credenciamento ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento da modalidade em tela.

9. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS:

9.1. A (s) empresas declaradas (s) vencedora (s) deverá assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

9.2. O prazo para a assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Credenciante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

9.3. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem “9.1.” sem justificativa por escrito e aceita pelo CREDENCIANTE, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

9.4. Dar ciência, **imediatamente e por escrito**, do recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outros instrumentos hábeis encaminhados por e-mail ou outro meio eficaz, enviados pelo CREDENCIANTE.

9.5. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.6. Atender a todos os quesitos no que tange ao de fornecimento adequado das instalações, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

9.7. Praticar, sempre, os preços vigentes registrados no Termo de Credenciamento.



9.8. Na necessidade de agendamentos prévios, será designado o prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR).

9.9. Garantir a higidez e a qualidade das instalações, respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

9.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução, nos termos do edital e da legislação aplicável.

9.11. Manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura do Termo de Credenciamento, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CREDENCIANTE, quando solicitadas.

9.12. Comunicar ao credenciante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

9.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo credenciante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

9.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias, fiscais, comerciais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à prestação dos serviços e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao gerenciador e não poderá onerar o objeto do Termo de Credenciamento.

9.15. Arcar com todas as despesas pertinentes aos serviços constantes no Termo de Credenciamento, tais como tributos e demais encargos.

9.16. Responder, integralmente, por todos e quaisquer vícios e danos e/ou prejuízos decorrentes da execução do objeto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, causados ao CREDENCIANTE, à Entidade competente ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, decorrentes da execução do Termo de Credenciamento, não reduzindo ou excluindo de responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CREDENCIANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.17. Comunicar ao CREDENCIANTE a indisponibilidade dos serviços de hospedagem e/ou hotelaria informados no Termo de Credenciamento, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência de qualquer fato que possa comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo CREDENCIADO, caso futuramente demandado.

9.18. Submeter-se às normas e determinações do credenciante no que se referem à execução do Termo de Credenciamento.

9.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Termo de Credenciamento ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



9.20. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Credenciamento.

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da aquisição, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10. FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do Credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de Fornecimento, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados.

10.1.1. A prestação dos serviços de hospedagem e hotelaria será realizada exclusivamente conforme as necessidades do Credenciante, que emitirá às Credenciadas a respectiva Autorização de diárias, contendo as quantidades estimadas dos serviços a serem disponibilizados;

10.1.2. Ao final de cada mês, o credenciado deverá encaminhar todas as autorizações de diárias de hospedagem recebidas no respectivo período, acompanhadas da nota fiscal correspondente, para conferência do Credenciante.

10.2. O pagamento referente à prestação dos serviços de hotelaria/hospedagem será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da efetiva prestação do serviço e da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente instruída com a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento congênere hábil que comprove a contratação.

10.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do Credenciante, razão social "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG", CNPJ "18.449.140/0001-07", sem rasuras no preenchimento.

10.4. A nota fiscal/fatura deverá restringir-se exclusivamente aos serviços contratados no âmbito deste certame, devendo constar, de forma discriminada, a tipologia e a quantidade dos serviços de hospedagem e hotelaria efetivamente prestados, bem como os respectivos valores unitários e o valor total pleiteado.

10.5. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências;

10.6. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem "10.5." começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.7. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

10.8. O Credenciante não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. Ficará a cargo da senhora PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA – Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a gestão do Credenciamento.

11.2. Ficará a cargo do senhor NELSON RICARDO ARAUJO – Coordenador de Finanças a fiscalização do Termo de Credenciamento.

11.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 11.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 11.143/21, art. 114, *caput*).

11.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 11.143/21, art. 117, *caput*), que:

11.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 1.º).

11.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 2.º).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 03 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO.

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0011 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Projeto/Atividade: 2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADM. PLANEJ E FINANÇAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Subelemento: 3.3.90.39.63.00 – HOSPEDAGENS

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13. DISPOSITIVO LEGAL

13.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. I, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033430 – Credenciamento Eletrônico nº 010/2026.

Fronteira/MG; ____ de _____ de 20____.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.
Sergio Paulo Campos
CREDENCIANTE

CREDENCIADA

PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA
Gestora do Credenciamento

NELSON RICARDO ARAUJO
Fiscal do Credenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 0033430

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 010/2026

O Município de Fronteira torna público que encontra-se aberto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM O RAMO DE ATIVIDADE DE HOTELARIA, ESTABELECIDAS NA CIDADE DE FRONTEIRA/MG; E CIDADES CIRCUNVIZINHAS, NUM RAIO MÁXIMO DE 10 (DEZ) QUILOMETROS DA SEDE DESTA MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS OU POUSADAS, NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO, a partir do dia 21 DE MAIO DE 2026 até o dia 20 DE MAIO DE 2027.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações:
<https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.frenteira.mg.gov.br.

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 20 de maio de 2026.

PATRICIA DA SILVEIRA MENEZES ROCHA

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças